



portalbenews.com.br

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO** Alckmin oficializa investimento de R\$ 270 milhões para o setor automotivo ▶ **p4**

**PETRÓLEO E GÁS** Wilson Sons firma acordo com gigante do setor para operação no Rio de Janeiro ▶ **p4**

## Portos devem se preparar para atender navios verdes, diz secretária nacional

Divulgação/Brasil Export



Mariana Pescatori falou sobre esse desafio no InfraESG Talks, evento realizado pela ANTT em parceria com o Brasil Export ▶ **p5**

Divulgação



Câmara aprova PL que regula serviços de praticagem ▶ **p3**

**INFRAESG TALKS I** ESG estará inserido nos fóruns regionais do Brasil Export em 2024, diz CEO ▶ **p5**

**INFRAESG TALKS II** Antaq admite que pode incluir ODS como critérios de classificação em editais ▶ **p6**

**INFRAESG TALKS III** CEO da CCR prevê o Brasil liderando agenda de transição sustentável do mundo ▶ **p7**

## EDITORIAL

# Caminho verde

A adaptação dos portos brasileiros para receber navios verdes, impulsionados por combustíveis renováveis como hidrogênio/amônia verde ou metano, é uma necessidade premente destacada pela secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori. No encerramento do evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, nessa terça-feira, dia 21, Pescatori ressaltou a importância de o Brasil se tornar um hub de abastecimento para essas embarcações, considerando a perspectiva de o País se posicionar como grande produtor e exportador de hidrogênio verde (H2V) e amônia verde.

A visão estratégica de Pescatori enfatiza a necessidade de adaptação da infraestrutura portuária não apenas para a recepção dos navios, mas também para estabelecer áreas que acomodem indústrias vinculadas à produção de energia renovável, uma possibilidade que poderia ser explorada em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). A adaptação dos portos é vital não apenas para receber os navios verdes, mas também para suportar a produção de componentes cruciais, como pás eólicas - a energia eólica pode ser utilizada na fabricação desses combustíveis - promovendo, assim, a expansão da indústria nacional.

Esse cenário evidencia uma oportunidade de reindustrialização do Brasil, destacando a potencial exportação de produtos verdes, como a amônia verde. O País, reconhecido como produtor de combustíveis verdes, tem o desafio e a oportunidade de liderar nesse cenário em constante evolução. As empresas de navegação já direcionam sua atenção ao Brasil, percebendo-o como um importante produtor desses combustíveis.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Portos está ativa na definição de uma política pública que abranja os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) para os portos, reforçando o compromisso com a descarbonização do setor, destacou Mariana Pescatori. A atuação conjunta com a Antaq na formulação de políticas de descarbonização sinaliza um esforço coordenado para impulsionar a sustentabilidade nos setores portuários e de navegação.

A preparação dos portos brasileiros para a era dos navios verdes não é apenas uma adaptação logística, mas um passo crucial na transição para uma economia mais sustentável. A modernização e a reconfiguração das infraestruturas portuárias vão atender às demandas do presente e, ainda, garantir a competitividade e relevância do Brasil em um cenário global cada vez mais focado na descarbonização e no desenvolvimento sustentável.

## NESTA EDIÇÃO



- ▲ **MANCHETE**
- 5 Portos precisam se adaptar para receber navios verdes, diz secretária

### HUB

- 3 MPor espera anunciar novo secretário-executivo nos próximos dias

### NACIONAL

- 3 Câmara aprova PL que regula serviços de praticagem
- 4 Alckmin oficializa investimento de R\$ 270 milhões para o setor automotivo

Wilson Sons firma acordo com a BP para operação petroleira no Rio de Janeiro

- 5 ESG será inserido nos fóruns regionais do Brasil Export em 2024
- 6 Antaq avalia incluir ODS como critérios de classificação em editais

Especialistas apontam taxonomia como grande tendência na era ESG

- 7 Alex Sciacio: "Setor financeiro será fundamental no processo de transição climática"

Executivo vê Brasil liderando agenda de transição sustentável do mundo

portalbenews.com.br



**Sede**  
Alameda Campinas, 802, 6º andar,  
São Paulo, São Paulo  
01404-200, BR

**Sucursal Brasília**  
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110  
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul  
Brasília, Distrito Federal  
70340-000, BR

**Sucursal Santos**  
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11  
Santos, São Paulo  
11013-919, BR

**Diretor-presidente**  
Fabrício Julião

**Diretor-superintendente**  
Marcio Delfim

**Diretora Administrativo-financeira**  
Jaclyra Lima

**Diretor de Redação**  
Leopoldo Figueiredo

**Editor**  
Alexandre Fernandes

**Equipe de reportagem**  
Cássio Lyra, Marília Sena,  
Vanessa Pimentel e Vitória Malafati

**Diretora de Arte**  
Mônica Petroni Mathias

**Assistente de Arte**  
Paulo José Ribeiro

## FALE COM A GENTE

### ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para [atendimento@portalbenews.com.br](mailto:atendimento@portalbenews.com.br)

### INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em [www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

### PUBLICIDADE

[atendimento@portalbenews.com.br](mailto:atendimento@portalbenews.com.br)

 (11) 91615.1200





LEOPOLDO FIGUEIREDO  
E COLABORADORES  
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

#### Número 2

O Ministério de Portos e Aeroportos deve anunciar oficialmente o nome de seu novo secretário-executivo nos próximos dias. O ministro Silvio Costa Filho escolheu um experiente técnico para o cargo - e já revelou sua identidade em uma reunião, na última segunda-feira, com autoridades do setor portuário. Desde o início do atual Governo Lula, a função é exercida pelo ex-presidente do Porto de Suape (PE) Roberto Gusmão, que está de saída para se dedicar a projetos políticos em seu estado natal, Pernambuco.

#### Autonomia administrativa

Deve ser oficializada nos próximos dias a retomada da autonomia administrativa da Autoridade Portuária de Santos (APS). O termo de delegação de competências já está pronto e só aguarda as assinaturas finais para ser publicado no Diário Oficial da União, entrando definitivamente em vigor. O retorno da autonomia administrativa da APS havia sido anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em visita ao cais santista no dia 27 do mês passado.

#### Índice ambiental 1

A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) - a autoridade portuária de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo - foi inscrita no Environmental Ship Index (ESI) ou, na tradução do inglês, Índice Ambiental de Navios), mantido pela Associação Internacional de Portos. O ESI avalia o desempenho ambiental das embarcações, analisando tanto critérios de sustentabilidade como de eficiência energética. E sua adesão, pelos armadores, é voluntária. O índice também informa os portos que oferecem estímulos, como bônus ou descontos em tarifas portuárias, para os navios que se destacam no ESI.

#### Índice ambiental 2

Atualmente, a Companhia Docas de São Sebastião dá um desconto de 10% na tarifa a ser paga pela utilização da infraestrutura de acesso aquaviário (Tabela 1), para navios de longo curso ou de cabotagem que tenham mais de 40 pontos no ESI.

#### Bahia

O ministro dos Transportes, Renan Filho, lança hoje, dia 22, às 11 horas, o edital de pavimentação de 191,5 quilômetros da BR-030/BA/GO, rodovia que liga a Região Centro-Oeste e o sul da Bahia, entre as cidades de Mambai (GO) e Cocos (BA). A solenidade, que será realizada no auditório do Ministério dos Transportes, em Brasília, terá ainda a presença do ministro da Casa Civil, Rui Costa, e dos governadores da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e de Goiás, Ronaldo Caiado.

# Câmara aprova PL que regula serviços de praticagem

Nova regra permite estabelecimento de preços em situações de abuso de poder econômico ou defasagem de valores

Divulgação



Segundo o texto, para manter a habilitação, o prático deverá cumprir uma frequência mínima de manobras estabelecida pelo Comando da Marinha e realizar cursos de aperfeiçoamento

MARÍLIA SENA  
marilia@portalbenews.com.br

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, 21, o Projeto de Lei (PL) 757/2022 que muda regras sobre o serviço de praticagem, permitindo o estabelecimento de preços temporariamente em situações de abuso de poder econômico ou defasagem de valores. A matéria agora será analisada pelo Senado.

O relatório foi do deputado Coronel Meira (PL-PE). "Este projeto não é um projeto de governo, não é um projeto de oposição. É um projeto da nação, do povo brasileiro!", disse. No parecer, o parlamentar ressaltou que embora haja previsão legal para a autoridade marítima, exercida pelo Comando da Marinha, fixar o preço desse serviço, falta regulamentação.

Com isso, caso o Comando da Marinha seja acionado por empresas de navio ou de entidades de prático sob o argumento de abuso de poder econômico ou de defasagem dos valores, poderá formar e presidir um comitê temporário para fixar valores do serviço em ca-

ráter extraordinário, excepcional e temporário. Esse preço fixado terá validade de até 12 meses, prorrogável por igual período.

Podem integrar o comitê representantes da entidade prestadora de serviço de praticagem, do armador tomador de serviços de praticagem da respectiva zona e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O parecer deverá ser emitido em até 45 dias.

Mas, segundo o relatório, a regulação econômica proposta é uma exceção à livre negociação dos preços entre os práticos e as embarcações e poderá levar em conta a atualização monetária anual, os preços costumadamente praticados em cada zona de praticagem, os contratos vigentes, o tempo e a qualidade do serviço.

#### Isenção

De acordo com o texto, a autoridade marítima poderá conceder, exclusivamente a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira até o limite de 100 metros de comprimento, um certificado de isenção de praticagem.

O navio deverá ter ainda pelo menos 2/3 de tripulação brasileira para contar com o certificado, que habilitará o co-

mandante a conduzir a embarcação no interior de zona de praticagem ou em parte dela.

Mas a isenção não dispensará o tomador do serviço de praticagem do porto de pagar remuneração devida à praticagem local pela permanente disponibilidade do serviço nem de comunicar à coordenação sobre o trânsito pretendido no caso de embarcações com arqueação bruta equivalente a 500 ou mais.

A concessão do certificado dependerá de análise de risco que comprove não haver aumento do risco à navegação ou perigo a canais de acesso portuários e suas estruturas adjacentes. Além disso, a emissão do documento vai depender do cumprimento de períodos prévios de descanso para o comandante, a serem determinados e monitorados pela autoridade marítima; seis meses de atuação prévia como comandante do navio dentro da zona de praticagem específica da isenção e seis meses de realização de tarefas de praticagem assistido por prático da respectiva zona de praticagem.

#### Obrigatoriedade

A praticagem poderá ser dispensada no caso de embarcações regionais, empurradores,

balsas e comboio integrado de balsas, classificadas para operar exclusivamente na navegação interior, independentemente da arqueação, contanto que tenham bandeira brasileira.

O relatório também detalha os critérios para a autoridade marítima fixar a lotação de práticos necessária em cada zona de praticagem. São eles o número e a duração média das manobras de praticagem em cada zona nos 24 meses anteriores à fixação; alterações significativas e efetivas que afetem o movimento de embarcações na zona de praticagem.

Além disso, a necessidade de que os práticos não tenham sobrecarga permanente de trabalho e o estabelecimento de frequência adequada de manobras que assegure a manutenção da proficiência uniforme de todos os práticos naquela zona de praticagem também serão aferidos.

O novo texto assegura a todo prático o livre exercício do serviço, atendida a regulação técnica e econômica da atividade. Para manter a habilitação obtida junto à autoridade marítima, o prático deverá cumprir uma frequência mínima de manobras estabelecida pelo Comando da Marinha e realizar cursos de aperfeiçoamento determinados pela autoridade marítima.



## NACIONAL

# Alckmin oficializa investimento de R\$ 270 milhões para o setor automotivo

Recursos serão utilizados para inovação e eficiência energética na cadeia de autopeças e demais fornecedores

MARÍLIA SENA  
marilia@portalbenews.com.br

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, oficializou na terça-feira, dia 21, o investimento de R\$ 270 milhões para inovação e eficiência energética na cadeia de autopeças e demais fornecedores automotivos.

O anúncio foi feito durante um evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília. "Um recurso não reembolsável que será importante para a indústria brasileira", afirmou Alckmin.

Os recursos serão oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e pela Empresa de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). A iniciativa faz parte do Progra-



Divulgação/MDIC

Alckmin fez o anúncio durante evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília: "Um recurso não reembolsável que será importante para a indústria brasileira"

ma Rota 2030, que é "destinado ao setor automotivo com apoio ao desenvolvimento tecnológico, de inovação, eficiência energética e qualidade dos automóveis", segundo o ministro.

Um edital de R\$ 133 milhões para projetos estruturantes que envolvam pactos entre

institutos de pesquisa e empresas será lançado pelo projeto. Além do edital, um projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, também será desenvolvido através do Rota 30 para acelerar a inovação nas fornecedoras das grandes montadoras automotivas e para estimular projetos de pesquisa e de-

envolvimento para o setor.

O investimento do Senai será de R\$ 70,4 milhões, mas R\$ 44 milhões serão voltados para projetos que já estão em andamento. A Embrapii vai disponibilizar R\$ 30 milhões para o projeto.

Para aumentar a digitalização e a produtividade das em-

presas com o avanço tecnológico, serão investidos R\$ 34 milhões através das consultorias hands on. A meta do Governo é alcançar no mínimo 285 empresas para este investimento.

Este é o segundo investimento para o setor automotivo anunciado pelo ministro Geraldo Alckmin. Em outubro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) assinou o Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) incluindo o banco de desenvolvimento entre os operadores dos Programas Prioritários do Rota 2030 com o anúncio de R\$ 200 milhões para a descarbonização automotiva.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, ressaltou a necessidade do Brasil de fortalecer a indústria automotiva a partir da inovação. "Para termos uma indústria automotiva cada vez mais sustentável é preciso investir em inovação e tecnologia, além de fomentar uma cadeia produtiva que trabalhe de forma integrada", afirmou.

## Wilson Sons firma acordo com a BP para operação petroleira no Rio de Janeiro

Vínculo com uma das líderes mundiais em exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, valerá por um ano

CÁSSIO LYRA  
cassio@portalbenews.com.br

A Wilson Sons, operador de logística portuária e marítima, firmou contrato nesta semana com a BP (Beyond Petroleum) para a prestação de serviços de suporte logístico às atividades de exploração no bloco de Pau Brasil, por meio de uma de suas Bases de Apoio Offshore, a Base Rio, localizada na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. O vínculo com a BP, uma das líderes mundiais em exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, tem validade de um ano.

A base de apoio que atenderá a operação da BP será a Base Rio, localizada no bairro do Caju, na zona portuária do Rio de Janeiro. A unidade possui cinco berços de atracação, mais de 65 mil metros quadrados e tem localização geográfica es-



Divulgação/MDIC

A Base Rio possui cinco berços de atracação, mais de 65 mil metros quadrados e tem localização geográfica estratégica para dar suporte aos campos no polígono do pré-sal

tratégica para dar suporte aos campos no polígono do pré-sal.

"Com a melhora do cenário na indústria de óleo e gás offshore, estamos verificando novas campanhas de perfuração de nossos clientes. E nos preparamos para essa crescente demanda com investimentos em nossas infraestruturas portuárias. O novo contrato com a BP é um reconhecimento ao padrão

de excelência da Wilson Sons em segurança e desempenho operacional", disse Gilberto Cardarelli, diretor-executivo das Bases de Apoio Offshore da Wilson Sons.

Pioneira no segmento de base de apoio offshore, a Wilson Sons possui dois terminais privados na Baía da Guanabara – Base Niterói, além da Base Rio – totalizando oito berços de

atracação. A companhia possui também expertise em operações remotas, tendo montado bases temporárias em diversos portos da costa brasileira.

De acordo com a empresa, a excelência em SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional) e KPI ("Key Performance Indicator", em inglês, ou Indicador-chave de Desempenho) operacional foram fato-

res determinantes para a conquista do contrato com a BP, bem como com os recentes contratos com 3R Petroleum e Petronas.

Com status de classe mundial em segurança pelos padrões da DSS+ (antiga DuPont), as Bases de Apoio Offshore da Wilson Sons, Rio e Niterói, completaram 10 anos sem acidentes com afastamento em suas operações.

Atualmente, as Bases de Apoio Offshore, unidade de negócio da Wilson Sons, possuem contrato com a BP Marine por meio da NFX Combustíveis Marítimos (joint venture entre BP e Prumo Logística), para a gestão da Base TECMA, localizada no Porto do Açu, no Norte Fluminense, que dá suporte às operações de transferência e abastecimento de combustível para unidades offshore.



# Portos precisam se adaptar para receber navios verdes, diz secretária

Mariana Pescatori crê também que o Brasil pode se tornar um hub de abastecimento de combustíveis de navios

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

Os portos brasileiros precisam se adaptar para receber os navios verdes, àqueles equipados com novas tecnologias de eletrificação e abastecidos por combustíveis renováveis, como hidrogênio/amônia verde e metano.

A conclusão é da secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, que falou sobre o assunto no encerramento do evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo.

Para Mariana, o Brasil também deve investir para ser um hub de abastecimento de combustíveis verdes de navios, já que a perspectiva é que o país se torne um dos grandes produtores e exportadores de hidrogênio verde (H2V) e amônia verde.



Divulgação/Brasil Export

Segundo a secretária de Portos Mariana Pescatori, as empresas de navegação de todo o mundo já estão olhando para o Brasil "como o país que produzirá os combustíveis verdes"

trializar o Brasil, que pode passar a "exportar o produto verde ao invés de amônia", exemplificou.

A secretaria Nacional de Portos também garantiu que a pasta está trabalhando para definir uma política pública que envolva o ESG para os portos, além de atuar junto à Antaq na política de descarbonização do setor.

Ressaltou ainda que o ministério de Portos está debruçado para definir uma política pública de mitigação dos impactos do aquecimento global, para evitar, principalmente, a interrupção do transporte aquaviário, como ocorreu neste ano na região Norte, com a seca histórica dos rios amazônicos.

Além de Mariana, participaram do encerramento do evento Felipe Queiroz, diretor da ANTT, e Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

"A indústria já está encomendando navios verdes e o Brasil precisa estar à frente disso, até porque somos produtores de combustíveis verdes. Então temos que adaptar os nossos portos para que a gente possa atender a esse mercado", pontuou.

Segundo ela, as empresas de navegação de todo o mundo já estão olhando para o Brasil "como o país que produzirá os combustíveis verdes". Neste sen-

tido, a adaptação dos portos está não só na infraestrutura para receber os navios, como também em estabelecer áreas que possam receber as indústrias que fazem parte da cadeia de produção de energia renovável, o que pode ser feito, por exemplo, nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

"A produção de eólica offshore é extremamente cara, a gente vai ter que ter uma adaptação grande dos nossos portos

porque, por exemplo, para produzir as pás eólicas teremos que ter portos com áreas industriais para a produção delas. Teremos que ter também a produção de embarcações de apoio offshore - e a gente tem uma indústria nacional extremamente relevante nisso porque a gente fez, lá atrás, uma política de incentivo para isso", detalhou.

Pescatori citou ainda que este cenário vindouro oferece uma oportunidade de reindus-

# ESG será inserido nos fóruns regionais do Brasil Export em 2024

CEO Fabrício Julião falou da importância de atrelar o tema ao setor de transportes

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

As temáticas que envolvem o ESG (Environmental, Social and Governance em inglês), conjunto de padrões e boas práticas que visa definir se uma empresa é sustentável ambientalmente, socialmente consciente e corretamente gerenciada, passarão a ser discutidas nos fóruns regionais promovidos pelo grupo Brasil Export a partir do ano que vem.

O anúncio foi feito pelo CEO do grupo, Fabrício Julião, em sua participação na abertura do evento InfraESG Talks, iniciativa inédita da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizada em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

"Para nós é muito impor-



Divulgação/Brasil Export

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, participou do InfraESG Talks e falou sobre inserir as discussões sobre ESG nos setores portuário, hidroviário, ferroviário e rodoviário

sionais e práticas anticorrupção nas diretorias.

Ciente da importância do tema, a ANTT lançou em junho deste ano o Ciclo ESG da ANTT, que tem como objetivo integrar as boas práticas ambientais, sociais e de governança à cultura organizacional da agência e aos contratos de concessão regulados e fiscalizados por ela.

Para a ANTT a medida é um compromisso de responsabilidade, sustentabilidade, ética e transparência motivado pela preocupação com o futuro e pelo entendimento da necessidade de ser um agente de mudanças.

No lançamento do programa, em junho, Felipe Queiroz disse que a agência já entende o ESG como um "fato" e, neste sentido, a ANTT pode ser "um agente de transformação no âmbito do desenvolvimento da infraestrutura sustentável".

tante trabalhar essa pauta do ESG ao longo do nosso calendário do ano que vem. Inserir as discussões sobre ESG nos nossos fóruns regionais e não só no setor portuário, mas também no ferroviário, hidroviário e rodoviário", citou Julião.

Felipe Queiroz, diretor da

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e Guilherme Peixoto, Superintendente de Licitações da B3 também participaram da abertura do evento.

"É uma alegria receber este evento - que discute o país - na B3", declarou Guilherme.

O ESG é um conceito que vem crescendo ano a ano por oferecer à gestão de companhias globais, estatais ou privadas, maneiras de implementar diretrizes relacionadas à sustentabilidade ambiental das operações, inclusão e diversidade na formação das equipes de profis-



## NACIONAL

# Antaq avalia incluir ODS como critérios de classificação em editais

Atualmente, as licitações exigem parâmetros de eficiência ambiental, mas não ainda como fator decisivo para classificação

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

Os editais de licitação produzidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) já exigem que as empresas interessadas nos arrendamentos cumpram parâmetros ambientais e de eficiência, mas essas obrigações ainda não são exigidas como critério de classificação para as licitações.

Porém, com a demanda cada vez maior estabelecida pelo mercado em relação a empresas comprometidas com o meio ambiente e socialmente responsáveis, a Antaq avalia inserir as práticas ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, como possíveis critérios de seleção nos futuros editais da agência.

As informações foram repassadas pela diretora da Antaq, Flávia Takafashi, durante sua participação no painel 'ESG



Divulgação/Brasil Export

A possível inclusão de práticas ESG e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como critérios de classificação em editais foi debatida durante o painel 'ESG e Poder Público'

e Poder Público', debatido durante o evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

Segundo Flávia, a Agência vem notando uma demanda do próprio mercado em relação a exigência dessas práticas em editais de licitação. A diretora con-

tou que, inclusive, durante uma audiência pública mais recente de um terminal, a Antaq foi questionada pelos participantes sobre quais critérios voltados à sustentabilidade e a governança seriam obrigatórios.

Ela explicou que além da agência, a Infra S.A. participa da elaboração dos editais e já inclui parâmetros, como eficiência e ambientais, mas não ainda como critérios de classificação para a licitação.

"As questões voltadas ao

ESG têm sido exigidas e o próximo passo será colocá-las como critério de classificação. De desempate já é um critério", explicou Flávia.

A diretora citou que a Antaq está no processo de assimilar o ESG e os ODS, mas que a agência sempre teve a preocupação com o meio ambiente como cerne em suas decisões.

Flávia destacou outras iniciativas nesse sentido, como o Prêmio Antaq e o Índice de Desempenho Ambiental - IDA; o

estudo feito em parceria com a alemã GIZ, sobre ameaças climáticas nos portos brasileiros; o primeiro levantamento sobre equidade de gênero no setor portuário, entregue este ano; e o estudo de descarbonização do setor portuário, também em parceria com o GIZ.

"Será produzido um guia para ajudar o setor a alcançar esse objetivo, com informações sobre quais passos são precisos para se adaptar a essa pauta sustentável", explicou.

O painel foi mediado por Natascha Schmitt, advogada e fundadora da associação Women on Carbon e contou também com a presença de Alexandre Freire, conselheiro diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Rafael Scherre, diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria Nacional de Aviação Civil; e Marcelo Rezende Bernardes, superintendente de planejamento institucional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

## Especialistas apontam taxonomia como grande tendência na era ESG

Painel do evento InfraESG Talks discutiu esse sistema de classificação e outros conceitos

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

Para Ana Paula de Almeida, diretora de Sustentabilidade e Relações de Consumo da Confederação Nacional das Seguradoras (CNsegue), a construção de uma taxonomia voltada ao ESG é a grande tendência do tema para os próximos dois anos.

Ela falou sobre o assunto durante sua participação no painel 'ESG e Tendências', debatido durante o evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

A taxonomia é uma espécie de guia, por onde as empresas baseiam suas gestões, com indicadores que permitem avaliar o cumprimento de metas socio-



Divulgação/Brasil Export

O painel 'ESG e Tendências' discutiu a taxonomia, um sistema com métricas que permitem identificar se um projeto ou empresa é ou não sustentável, o que pode trazer vantagens

ambientais e de governança propostos pelo conceito ESG.

No contexto das finanças (sustentáveis), a taxonomia traz métricas que permitem identificar se um projeto ou empresa é ou não sustentável, ampliando a chance de acesso a crédito ou investidores.

Ana Paula citou que, nos últimos três anos, o conceito ESG vem se fortalecendo no

mercado, mas ainda é preciso que cada setor, junto ao seu regulador, busque construir padronizações e guias que auxiliem nessa transição.

"A grande tendência é a taxonomia. É a gente entender como se constroem produtos e serviços efetivamente sustentáveis", citou.

A diretora ainda destacou que é necessário que as empre-

sas invistam em programas de formação de funcionários, visando a disseminação desses novos conceitos e a efetivação deles.

Pedro Lins, professor da Fundação Dom Cabral, explicou que o ESG partiu de uma iniciativa do Banco Mundial e da ONU em 2004 e foi lançado para integrar fatores econômicos, ambientais, sociais e governança no

mercado.

"O ESG é negócio, ou seja, se uma empresa quiser ser competitiva no mercado em que atua, ela vai precisar dos quatro pilares que são promovidos pelo ESG: prosperidade econômica, equidade social, sustentabilidade ambiental na cadeia de supply chain, e vitalidade na cultura e governança", citou.

Eduardo Cardoso, diretor de Negócios da DSS+, ressaltou que ainda é preciso comunicar melhor o que é o ESG e como implantá-lo nas empresas. "É preciso que as diretorias compreendem o conceito de sustentabilidade ambiental e inclusão social. É preciso mudar a chave e entender o que está acontecendo no mundo", pontuou.

O painel foi mediado por Isadora Cohen, vice-presidente da Infra Women Brazil e fundadora do Infracast.



# Alex Sciacio: “Setor financeiro será fundamental no processo de transição climática”

Superintendente de Finanças Sustentáveis do Santander falou sobre o tema em painel que discutiu financiamentos sustentáveis

Divulgação/Brasil Export

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

“O setor financeiro será parte fundamental do processo de transição climática”, declarou Alex Sciacio, superintendente de Finanças Sustentáveis do Banco Santander, durante sua participação no painel Desafios e Oportunidades de Financiamento, debatido no evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

Alex ressaltou que a mobilização de capital é urgente para que projetos que façam parte da transição sejam contemplados com recursos e consigam mitigar os impactos das



O papel do setor financeiro no processo de transição climática esteve em debate no painel 'Desafios e Oportunidades de Financiamento', dentro do evento InfraESG Talks

mudanças climáticas. Mas para isso ainda é preciso diretrizes que organizem o mercado financeiro, além da “incorporação dos impactos climáticos como variável de risco e precificação durante avaliação de crédito das instituições financeiras”, ex-

plicou. “Esse (impacto climático) é um pilar que precisa de avanços e desenvolvimento institucional para que os bancos e investidores incorporem isso nas suas análises, porque é isso, entre outras coisas, que vai

viabilizar a disponibilidade de recurso em condições adequadas para projetos adequados”, explicou.

Segundo ele, o setor também aguarda a taxonomia nacional. Em setembro, o governo lançou consulta pública para a

Taxonomia Sustentável Brasileira. A iniciativa busca impulsionar a economia do Brasil rumo à sustentabilidade e regeneração, com propostas que serão apresentadas na COP 28, no fim deste mês, e um plano de implementação permanente até 2026.

Além de Alex, participaram do painel Natalia Marcassa, CEO do Moveinfra; Natalia Saad, chefe do departamento de infraestrutura e concessões rodoviárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Rafaella Dortas, diretora executiva responsável pela área ESG do BTG Pactual; e Rui Gomes, presidente da InvestSP. Guilherme Peixoto, Superintendente de Licitações da B3, foi o mediador.

# Executivo vê Brasil liderando agenda de transição sustentável do mundo

Miguel Setas, CEO do grupo CCR, escreveu livro em que lista motivos para o país sair na frente

Divulgação/Brasil Export

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

O Brasil pode liderar a agenda de transição energética do mundo e se tornar um dos principais destinos de investimentos verdes globais. No livro “Gigante pela própria natureza”, lançado em outubro, Miguel Setas, CEO do Grupo CCR, reúne motivos para essa conclusão e cita que o país pode captar entre US\$ 2 tri e US\$ 3 trilhões, até 2050, atraídos por negócios de energia renovável, mercado de carbono, entre outras iniciativas.

Ele falou sobre este cenário durante sua participação no painel Infraestrutura de Transporte, debatido no evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo.

“O Brasil tem a maior floresta tropical do mundo, é o país que tem a matriz energética



O evento InfraESG Talks reservou um painel para debater a infraestrutura de transporte

ca mais limpa do mundo, é o país com a maior diversidade do mundo, a maior reserva de água potável do mundo. Ou seja, para qualquer lado que nos orientemos, o Brasil dá de dez em qualquer outra geografia do planeta”, explicou.

Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), também participou do painel e destacou as medidas que o complexo está tomando para se adaptar às mudanças climáticas e diminuir o impacto ambiental das operações.

“Há um projeto sendo estu-

dado para que o mercado invista na nossa hidrelétrica (Usina Hidrelétrica de Itatinga) e que

ela passe a gerar hidrogênio verde para abastecer o nosso cais e os navios que atracam no porto”, explicou. Segundo ele, em breve será lançada a consulta pública sobre o tema.

Além dos citados, participaram do painel Ellen Martins, superintendente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários; Marco Aurélio Barcelos, diretor presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias; Monica

Jaen, diretora de Sustentabilidade do grupo Ecorodovias; Patricia Dutra Lascosque, superintendente Institucional de Logística da Suzano; e Sergio Garcia, presidente da Arteris. A mediação foi feita pelo editor chefe da Agência Infra, Dimmi Amora.

## Segurança jurídica

O último painel reuniu autoridades para debater ESG e segurança jurídica. Participaram Celso Peel, desembargador do Tribunal Regional de SP; Fernando Akaoui, desembargador do Tribunal de Justiça de SP; Natascha Schmitt, advogada e fundadora da associação Women on Carbon; Patricia Iglesias, professora de Direito da USP; e Paulo Henrique Reis, coordenador de Diversidade do Kincaid | Mendes Viana Advogados. O debate foi baseado em como aliar a segurança jurídica ao conceito ESG.

O último painel do evento discutiu como as práticas ESG podem garantir segurança jurídica

